



Rousseff, o orçamento do projeto foi reestimado, saltando de R\$ 5 bilhões para R\$ 6,85 bilhões, devido a reajustes contratuais, à necessidade de aditivos e à elevação de preços para licitação de novos lotes. De acordo com o Ministro, o novo custo inclui também gastos extras com a implantação de projetos básicos ambientais (PBAs), que serão necessários para a renovação da licença de instalação concedida pelo Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

À época do início das obras, diversos setores da sociedade denunciaram que o custo inicial do projeto era irreal e não seria suficiente para sua conclusão. Atualmente, apenas 56,7% da obra estão concluídos e o reajuste do seu orçamento já é de 36%. Há evidências de que esse é apenas o primeiro anúncio de aumento de custos, e que outros provavelmente virão.

Balanço recente do Ministério da Integração Nacional indica que a conclusão das obras sofrerá atraso e só deve acontecer no fim de 2015, sendo que os primeiros testes de captação de água somente serão realizados no fim de 2014. Esse atraso pode ser ainda maior, uma vez que o cronograma pode ser alterado por eventos circunstanciais, tais como licitações não realizadas nos prazos previstos, não renovação de licenças ambientais ou falta de verbas. Atualmente, as obras encontram-se praticamente paralisadas.

Parece-nos que o planejamento do projeto de transposição do rio São Francisco não foi feito de forma rigorosa, gerando a necessidade de se recalcular gastos, especialmente quando se considera que o projeto é a obra mais cara do Programa de Aceleração do Crescimento, que é custeado com recursos públicos.

Dessa forma, gostaríamos que o Ministério da Integração Nacional apresentasse esclarecimentos detalhados sobre a execução dos contratos firmados para a realização das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, bem como enviasse as seguintes informações:

a) planilha detalhada das despesas já realizadas, com o respectivo cronograma físico–financeiro de cada empresa contratada;

b) valores dos aditivos contratuais, acompanhados das respectivas justificativas e pareceres jurídicos e técnicos;

c) lotes já licitados e seus valores;

d) lotes paralisados e o motivo da paralisação.

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, em            de            de 2011.

Deputado FÁBIO SOUTO